



RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

RESOLUÇÃO NORMATIVA 16/2022

PROCESSO:	2109565/2025
PRINCIPAL:	MATO GROSSO PREVIDENCIA
GESTOR:	ELLITON OLIVEIRA DE SOUZA
ASSUNTO:	PENSOES
INTERESSADO:	FERNANDO LEHMANN E GUSTAVO AFONSO LEHMANN
RELATOR:	VALTER ALBANO
EQUIPE TÉCNICA:	VILMA MARIA PRADO
NÚMERO DA O.S.	6696/2025

APLIC/ControlP

1. INTRODUÇÃO

Senhor Secretário,

Em atendimento ao disposto no art. 71, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 47, inciso III, da Constituição do Estado de Mato Grosso; arts. 10, inciso XXIII e 211 da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021 e nos arts. 7º e 12 da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2022, apresenta-se, para fins de registro, Relatório Técnico com análise simplificada acerca do Ato Administrativo n.º 360/2025 /MTPREV, que concedeu o benefício previdenciário ao Sr. Fernando Lehmann e o menor Gustavo Afonso Lehmann, em virtude do falecimento da ex-servidora Srª Laiza Monn Tenfen Lehmann, falecida em 24/06/2025, nomeada em caráter efetivo, no cargo de Professora da Educação Básica, Classe "006", 30 horas, lotada na Secretaria do Estado de Educação, do município de Cuiabá-MT.

2. ANÁLISE TÉCNICA

Em atendimento à Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2022, que determinou a apreciação simplificada dos atos concessivos de pensão, sendo cota parte pensão -





vitalícia - 50% Sr. Fernando Lehmann - R\$ 2.730,90 e cota parte temporária - 50%, filho menor de 21 anos, data final da pensão: 04/11/2030 - R\$ 2.730,00 constatou-se que:

- 1) O ato nº 360, publicado em dezenove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição nº 29.078, fls. 126, contém os dispositivos legais utilizados para a concessão do benefício previdenciário (artigo 12, caput)
- 2) Os autos contêm posicionamento do Controle Interno (documento digital n.º 692399/2025, fls. 68) e da Procuradoria Jurídica (documento digital n.º 692399/2025, fls. 40 /51) favorável à concessão do benefício (artigo 12, II).
- 3) O valor do benefício é inferior a seis salários-mínimos (artigo 12, I);

3. DA ANÁLISE SIMPLIFICADA

Por fim, cumpre observar que o valor do benefício não foi analisado, tendo em vista que a análise simplificada, instituída pela RN n.º 16/2022, contempla tão somente a verificação quanto à indicação dos dispositivos legais e da publicação do ato da respectiva concessão.

4. CONCLUSÃO

Assim sendo, conforme o artigo 211, II da Resolução Normativa TCE-MT n.º 16/2021-TP, sugere-se ao Conselheiro Relator o registro do Ato n.º 360/2025/MTPREV.





Tribunal de Contas
Mato Grosso

3ª SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Telefone(s): 65 3613-7593 / 7692 / 7129 / 7186

Email: terceirasecex@tce.mt.gov.br

Em Cuiabá-MT, 21 de novembro de 2025

VILMA MARIA PRADO

TECNICO DE CONTROLE PUBLICO EXTERNO

RESPONSÁVEL DA EQUIPE TÉCNICA

